

O Conflito entre a Prefeitura de Maceió e os Moradores da Vila dos Pescadores do Jaraguá nas Páginas do Jornal Gazeta de Alagoas¹

Salmom Lucas Monteiro COSTA²
Andréa Moreira de ALBUQUERQUE³
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

Resumo

O que se pretende por em discussão neste artigo é a forma pela qual o jornal Gazeta de Alagoas, da Organização Arnon de Mello - um dos maiores grupos empresariais de comunicação do Norte-Nordeste - se posiciona em relação a um fato jornalístico de grande repercussão na cidade de Maceió. Será observado, por meio de leituras de matérias recortadas do jornal no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012, o tratamento editorial tendencioso dado pelo veículo ao conflito entre a Prefeitura Municipal de Maceió e os moradores da Vila dos Pescadores do Jaraguá. A análise será embasada no conceito de violência simbólica e nas Teorias do Jornalismo, com ênfase na teoria do Agendamento Midiático, na perspectiva da formação da opinião pública.

Palavras-Chave: Teorias do Jornalismo; Agendamento Midiático; Vila dos Pescadores do Jaraguá; Maceió; Gazeta de Alagoas.

Introdução

A discussão levantada no presente artigo faz parte dos desdobramentos inseridos numa investigação de iniciação científica, que vem sendo desenvolvida no grupo de pesquisa Urbe – Estudos da Cidade⁴. O trabalho, cujo título é “A Cidade de Papel: o conflito entre a Prefeitura de Maceió e os pescadores do Jaraguá nas páginas da Gazeta de Alagoas”, tem a intenção de comprovar que o referido jornal, veículo impresso de maior circulação do estado e proeminente formador de opinião local, se constitui em um instrumento de configuração da cidade, à medida que constrói imagens de lugares e agentes sócio-espaciais.

A Vila dos Pescadores do Jaraguá, localizada no bairro histórico de Jaraguá em Maceió, é uma comunidade tradicional de pescadores artesanais e que, nos últimos anos,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFAL, email: salmom.monteiro@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora e vice-coordenadora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal de Pernambuco. Email: jornalista.andreamoreira@yahoo.com.br

⁴ Anteriormente denominado Grupo de Estudos de Problemas Urbanos, da Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

durante os dois mandatos do então prefeito Cícero Almeida⁵, engendrou um embate, iniciado pela Prefeitura, com repercussão em todos os veículos de comunicação do estado. Por um lado, a municipalidade e agentes do capital vinculados ao turismo com um projeto de remoção completa das habitações para, na área desocupada, construir uma suposta marina e um terminal de passageiros do Porto de Maceió, pelo outro, famílias reivindicando o direito de permanecerem no sítio histórico onde vivem há décadas e possuem identidades e laços sociais enraizados.

A objetividade no jornalismo permanece como um valor a ser perseguido, mas está longe de se configurar neutralidade e, no máximo, vem associada à isenção, em contraste com a subjetividade (PENA, 2005). Contudo, nas matérias do veículo analisadas, foram encontradas marcações textuais que apontam para uma evidente parcialidade, além de um agendamento midiático com a finalidade de convencer a opinião pública de que o melhor para cidade é o desaparecimento da vila pesqueira do seu lugar de origem.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar algumas dessas marcas, presentes nas matérias jornalísticas da Gazeta de Alagoas, do período janeiro de 2009 a dezembro de 2012. Com o aporte do conceito de violência simbólica e das Teorias do Jornalismo, notadamente aquela do Agendamento Midiático, na formação da opinião pública, debruçamo-nos sobre a imagem da Vila dos Pescadores do Jaraguá, apontando alguns enquadramentos predominantes nas notícias e a parcialidade na estruturação discursiva do referido jornal.

A utopia do jornalismo imparcial

No jornalismo, a objetividade é praticamente uma pré-condição. Propaga-se a ideia de que o discurso jornalístico detém essa característica, de que a notícia, apurada conforme os cânones técnicos, é exata, neutra, isenta, asséptica do ponto de vista político e ideológico. Sua produção é praticamente padronizada, com procedimentos de rotina.

Entretanto, os profissionais da imprensa, como qualquer ser humano, possuem crenças, ideologias, pré-conceitos, visões de mundo e juízos de valor que, inevitavelmente, emergirão das produções noticiosas, por mais imparciais que seus produtores tencionem ser. Além da bagagem cultural que os jornalistas carregam, pesam também os interesses e a linha editorial da empresa na qual atuam.

⁵ O primeiro mandato foi do dia 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008 e o segundo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012.

Segundo Felipe Pena (2005), a dicotomia entre objetividade e subjetividade é um dos temas mais discutidos no jornalismo. Para o autor, a objetividade “é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade” (PENA, 2005, p. 50). Para legitimar e dar credibilidade à notícia, criaram-se inclusive metodologias, com uma série de procedimentos para enquadrar e relatar os acontecimentos (dentre eles, o formato do *lead* e o modelo da pirâmide invertida).

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estes não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. (PENA, 2005, p. 50)

A objetividade na apresentação dos fatos não é, portanto, a negação da subjetividade, “mas uma série de procedimentos (...) para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Portanto, são subjacentes ao texto jornalístico métodos empregados para legitimar o discurso. Contudo, pode-se afirmar que a notícia “nunca esteve tão carregada de opiniões” (PENA, 2005, p. 51).

Partindo desse princípio, tornam-se inevitáveis as marcas textuais que apontam para a parcialidade nas notícias e praticamente “não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos” (PENA, 2005, p. 128). A teoria da Análise do Discurso afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Segundo Traquina (2005), para encobrir a parcialidade e mostrarem-se isentos de interesses pessoais, mercadológicos ou de qualquer outro tipo, os jornalistas podem até argumentar que “seu trabalho é ‘objetivo’ porque foram seguidos procedimentos identificados com a objetividade” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Essa operação faz com que passe a vigorar um simulacro da realidade nas notícias veiculadas na mídia.

Não raro, os jornalistas preferem dar voz às fontes oficiais para legitimar e conferir credibilidade às informações noticiadas, sem ao menos, em alguns casos - como observado no veículo analisado neste artigo -, verificar se de fato o que está sendo afirmado é verídico. A fala instituída da autoridade e o poder que ela representa tornam-se mais importantes do

que as suas próprias afirmações. O que assegura o poder de manter a ordem ou de subvertê-la é “a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A partir do momento que Gazeta de Alagoas dá destaque a declarações de autoridades que afirmam que a região da Vila dos Pescadores do Jaraguá afasta investimentos na região e representa uma “sujeira” que os turistas “podem ver como descaso” do poder público, o jornal confunde o público leitor, sinaliza um discurso parcial e, conseqüentemente, constrói uma imagem negativa do lugar.

Gazeta de Alagoas

Gazeta de Alagoas é o veículo impresso de maior circulação do estado de Alagoas. Pertence à Organização Arnon de Mello – um dos maiores grupos de comunicação do Norte-Nordeste do País. A organização reúne emissora de televisão, rádios FM e AM, portais de notícia e jornal impresso. O grupo é de propriedade da família do ex-presidente da República e senador Fernando Collor de Mello.

Veículo mais antigo desse complexo comunicacional, A Gazeta é atualmente um dos mais antigos em circulação no estado. Foi inaugurado no dia 25 de fevereiro de 1934, pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira. Anos depois, no final da década de 1940, foi à falência e acabou vendido para uma antiga cooperativa alagoana.

A mudança – e salvação do jornal - aconteceu em 1952, quando o então governador de Alagoas, Arnon de Mello, adquiriu o veículo e o modernizou. Não demorou muito para o jornal superar o líder de vendas da época, o Jornal de Alagoas, e se tornar o principal do estado. Assim como outros grupos de mídia local, mantidos por famílias influentes política e economicamente, com Gazeta de Alagoas a realidade não é diferente e muitas vezes interesses de cunho ideológico-político são nítidos e explícitos nas páginas do impresso.

Hoje, 79 anos depois de inaugurado, A Gazeta continua sendo, disparado, o líder de tiragens e vendas em Alagoas e um potente formador da opinião pública local. Pela liderança que o veículo tem no estado, acaba assumindo uma importância emblemática na mediação dos conflitos urbanos, como o embate entre os moradores da Vila dos Pescadores do Jaraguá e a Prefeitura de Maceió.

A Vila

A Vila dos Pescadores do Jaraguá localiza-se na Orla Marítima de Maceió entre a Rua Industrial Cícero Toledo e a região portuária. É identificada por historiadores como berço da capital alagoana devido aos indícios de que a história do lugar se confunde com a vila de pescadores e o surgimento do Engenho Maçayó, que deu nome à cidade.

A pesca era a atividade mais antiga do bairro, na verdade o que deu origem ao lugar. Muitos atribuem o crescimento do local ao desenvolvimento comercial, mas há quem sustente que a origem do bairro está totalmente vinculada à presença da vila dos pescadores. (PEREIRA, 2005, p. 84)

A comunidade é formada por mais de 450 famílias, das quais, hoje, apenas um quarto vive da pesca. A área foi favelizada a partir da década de 1990, quando o Estado, por meio da Secretaria de Habitação, abrigou flagelados de vários setores da cidade em um antigo armazém da Cibrazen⁶. Ao introduzir, na área, moradores desconectados da atividade pesqueira, os vínculos sociais se fragilizaram.

Nos últimos anos se acentuou a pressão da Municipalidade para que os moradores desocupem o lugar, embora o Ministério Público Federal⁷ tenha assegurado que a comunidade tem o direito de permanecer no local, uma vez que o assentamento se encontra em terras da União e, de acordo com a Lei Orgânica do Município⁸, os moradores não podem ser retirados sem consentimento. Além desses fatores, a destruição da vila poderá extinguir em Maceió

uma parte da gênese da cidade litorânea, eliminar provas materiais de suas raízes, além de comprometer vínculos afetivos, comunitários e desarticular uma cadeia produtiva significativa, essencial à sobrevivência da comunidade e representativa de uma tradição em Maceió. Um risco à preservação material e imaterial de Alagoas, do Nordeste e do Brasil. (ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE; PEIXOTO, 2012)

Ainda assim, a Prefeitura de Maceió, durante os dois mandatos do então prefeito Cícero Almeida, não eximiu esforços no sentido de gerar um convencimento da população

⁶ Era uma antiga fábrica de gelo.

⁷ No site: <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2010/02/04/83715/mpf-de-al-recomenda-que-vila-dos-pescadores-de-jaragua-continue-sob-dominio-da-uniao> Acesso 11 mar. 2013.

⁸ Art. 109 – Aquele que possuir como sua, por mais de cinco anos consecutivos, área pública urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

para conseguir a remoção da Vila por diversos meios. Os serviços públicos foram precarizados ou até suspensos, como a coleta de lixo e o saneamento. A Municipalidade adotou estratégias de pressão sobre os moradores não só apontando supostas desvantagens em permanecerem na área, mas fazendo ameaças de destruir as casas as moradias.

A construção de um conjunto habitacional de 450 apartamentos, localizado a três quilômetros da tradicional vila e em uma área de mar aberto incompatível com a realidade dos pescadores, intensificou o processo de remoção e, após as inúmeras estratégias usadas pela prefeitura para coagir os moradores, a comunidade dividiu-se entre os favoráveis e os contra a transferência. Até que no dia 21 de maio de 2012, depois de quase uma década marcada por conflitos, deu-se início a mudança de 382 famílias cadastradas pelo município.

Apesar do esforço da Prefeitura para desocupar completamente o espaço e executar os anunciados projetos urbanísticos, que inclui a construção da marina e do terminal de passageiros do Porto de Maceió, 38 famílias, representadas pela presidente da Associação dos Moradores do Jaraguá, Maria Enaura Alves do Nascimento, não concordaram com a mudança e permaneceram no local, alegando que, ao invés da transferência, as melhorias deveriam ser feitas na própria vila, com saneamento, abastecimento de água, limpeza e coleta de lixo.

A mídia acompanhou todos os desdobramentos do processo de remoção. Gestores públicos, através da figura do prefeito da cidade, do secretário municipal de Habitação e de outros grupos políticos e econômicos interessados na saída da comunidade, aproveitaram a visibilidade que o caso teve na imprensa para propagar um discurso estigmatizante da vila e tentar convencer a opinião pública de que o melhor para os moradores e a cidade seria a desocupação total da área.

Ao observar o comportamento editorial de A Gazeta de Alagoas, verifica-se uma enunciação parcial hegemônica favorável aos detentores do poder político e econômico. O jornal constantemente privilegiou as falas instituídas das fontes oficiais. Ao “priorizar as opiniões dominantes, ou melhor, as opiniões que parecem dominantes, consolidando-as e ajudando a calar as minorias (na verdade, maiorias) isoladas” (PENA, 2005, p. 156), os jornalistas acabam cedendo “à tentação de escrever para a fonte e não o público” (TRAQUINA, 2005, p. 196).

O que se observa nos 30 textos que foram analisados de A Gazeta de Alagoas, é uma representação da vila que não corresponde à realidade do lugar, descrito de uma maneira tipificada pelas fontes e reproduzida com destaque pelo jornal.

A vila no jornal

Detivemo-nos no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012, para analisar a construção da Vila dos Pescadores do Jaraguá da imagem pela Gazeta. Relacionados ao assunto, foram encontrados 30 textos, em diferentes editorias. Do conteúdo total coletado, 25 matérias foram veiculadas em 2012, o que representa uma média aproximada de uma notícia publicada a cada 12 edições.

Para os teóricos do estruturalismo, os meios de comunicação “definem para a maioria da população quais os acontecimentos significativos que ocorrem, mas, também, oferecem poderosas interpretações” (TRAQUINA, 2005, p. 177). Recorrendo a Cramsci, Nelson Traquina afirma que “as notícias, como parte da produção da indústria cultural, contribuem para a “hegemonia ideológica”” (TRAQUINA, 2005, p. 177).

Houve um notável agendamento do assunto no jornal analisado, principalmente em 2012, período esse em que foi realizada a transferência da maioria das famílias. No conteúdo analisado, verificou-se um discurso ideológico hegemônico favorável aos supostos benefícios que o bairro histórico do Jaraguá ganharia com a saída da comunidade. Títulos como “Remoção de favela estimula investimento em Jaraguá” – em reportagem de capa - e “Terminal de passageiros é um sonho antigo” sinalizam claramente o jornalismo tendencioso do veículo.

Segundo Rubens Figueiredo e Sílvia Cervellini (1996), não é fácil conceituar o termo opinião pública. A definição irá depender da “ênfase que se dá a um ou a outro aspecto do fenômeno” (FIGUEREDO; CERVELLINI, 1996, p. 14). Os autores explicam que

Uma maneira moderna de se conceber a opinião pública é a que leva em conta a pluralidade. Segundo essa ideia, não existe uma, mas várias opiniões públicas. Assim, a opinião pública se expressa através dos grupos organizados, [...] das manifestações mais ou menos espontâneas, [...] das pesquisas, das eleições etc. Nesse sentido, a opinião pública não designa apenas uma coisa, mas várias. Isso porque a coletividade também não tem uma única forma de se manifestar, mas uma coleção dela. (FIGUEREDO; CERVELLINI, 1996, p. 20).

Em linhas gerais, a opinião pública é definida como uma “expressão de modos de pensar de determinados grupos sociais ou da sociedade como um todo”. (FIGUEREDO; CERVELLINI, 1996, p. 23). Entretanto, os autores afirmam que para constituirmos o nosso modo de pensar e agir, necessitamos das informações produzidas pela Imprensa.

A teoria do agendamento midiático (*agenda setting*), tecida nos anos 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, também parte do pressuposto de que a opinião pública é agendada pelos meios de comunicação de massa. Nessa perspectiva, as mídias tradicionais determinam os assuntos discutidos na sociedade e seriam as principais mediadoras entre a mensagem e o receptor. A Gazeta de Alagoas, além de agendar sistematicamente o embate entre a vila pesqueira e a Prefeitura, ajudou e ainda ajuda a construir um senso comum a favor da transferência da comunidade.

O posicionamento parcial e muitas vezes explícito é facilmente verificável na maioria dos textos. Na edição do dia 11 de março de 2012, por exemplo, o assunto foi destaque na capa com a manchete “Favela afasta investimentos em Jaraguá” e uma grande reportagem, dividida em quatro textos temáticos, compuseram a edição especial de domingo.



Figura 1 - Capa da edição de domingo, do dia 11 de março de 2012. A manchete “Favela afasta investimentos em Jaraguá” teve uma ilustração estigmatizante da vila e a seguinte legenda: “Transferência de moradores da Vila dos Pescadores, em Jaraguá, permitirá a ampliação e a modernização do Porto de Maceió, que tem projetos de expansão”.

A principal matéria aborda os possíveis investimentos no bairro do Jaraguá com o fim da Vila e apresenta, já no início, indícios de parcialidade favorável ao projeto de remoção: “A remoção das famílias que ocupam barracos e casebres é uma ‘violência’ para aqueles que se consideram nativos do local, mas encoraja que, vê a área como um bom filão para futuros negócios” (OLIVEIRA, 2012).

Nas linhas seguintes, os destaques dados aos planos da Prefeitura de transferir as famílias para um novo conjunto habitacional - “a menos de dois quilômetros do ponto onde estão hoje” (OLIVEIRA, 2012) -, a revitalização da orla de Jaraguá e a ampliação e modernização do porto, ajudaram a construir diversos sentidos na reportagem, contudo, todos avessos à continuidade dos pescadores no local, que, na maioria das vezes, é designada como “favela”.

O jornal, com as declarações institucionalizadas das fontes oficiais que são priorizadas, constitui um poder simbólico e constrói uma realidade de simulacro moldada aos interesses do veículo e das autoridades interessadas na remoção da vila de pescadores. Segundo Bourdieu, é difícil identificar o real alcance da violência simbólica na enunciação, pois

o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 1989, p. 15)

Algumas citações do veículo sinalizam bem a representação negativa e a violência simbólica contra a comunidade. Roberto Leone, administrador substituto do porto de Maceió, afirmou na matéria que foi capa: “Não temos conseguido avançar nesses projetos em função da favela” (OLIVEIRA, 2012). Sobre os investimentos que poderiam ser feitos na região portuária, Leone lamentou: “Mas bem à nossa frente está uma imagem negativa de nossa cidade. Investir ali nessa situação é impraticável” (OLIVEIRA, 2012). E continuou: “quem chega a Maceió pelo porto pode ver como descaso nosso toda aquela sujeira bem embaixo de seus pés” (OLIVEIRA, 2012). Segundo Traquina, “os media vêm, de fato, em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos” (TRAQUINA, 2005, p. 178).

A minoria segregada que, na verdade, é uma maioria, muitas vezes, por falta de informação, educação e mesmo de cultura, acaba aderindo ao discurso da mídia e dos

poderosos sem questioná-lo. No caso dos moradores da vila, a cidadania e o direito de continuarem no local são anulados nas falas preconceituosas das autoridades que utilizam o amplo espaço de que dispõem no meio. E não é a toa que isso ocorre. Mecanismos de poder econômico atrelados ao Estado necessitam de uma legitimação simbólica, assim sendo, a dominação e a violência ocorrem por consentimento do próprio dominado.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos domesticados”. (BOUDIEU, 1989, p. 11)

No editorial publicado no dia 2 de março de 2012, cujo título é “Famílias não merecem favela como moradia”, Gazeta de Alagoas explicita no primeiro parágrafo a sua posição referente ao caso:

Arrasta-se, desde 2009, a polêmica sobre a transferência de cerca de 500 famílias que vivem na chamada Favela de Jaraguá, em Maceió. Há cerca de três anos, a prefeitura começou a construção de um conjunto residencial para abrigar todos os moradores daquele local. São apartamentos, erguidos na Praia do Sobral, que devolvem dignidade àqueles que hoje vivem em situação degradante. (EDITORIAL, 2012)

Em outro momento, o veículo desdenha dos moradores e especula:

Causa espanto que o grupo menor, que não deseja sair da favela (!), tenha forte apoio político – e até de autoridades. Ao que parece, interesses estranhos aos habitantes da favela estão por trás dessa postura, de resto inexplicável. [...] No meio fica a prefeitura, cobrada duplamente – pelos que não aguentam mais a situação de calamidade e por quem, sabe-se lá por que, insiste em dificultar a mudança daquelas famílias. (EDITORIAL, 2012)

No texto opinativo, como se pode constatar, o veículo não poupou direta nem indiretamente um tratamento desdenhoso e uma linguagem preconceituosa para tipificar a comunidade e desqualificar os moradores. Na reportagem publicada no dia 3 de setembro de 2009, o impresso deu destaque às declarações do então prefeito Cícero Almeida. Na ocasião, ele afirmou que região do bairro do Jaraguá seria o principal foco de tráfico de

drogas da capital e chamou pejorativamente um grupo de manifestantes contrários à transferência de “cabras perdidos”.

Além do menosprezo aos moradores, há a constante desclassificação do espaço. Na matéria “Comunidade continua resistindo à remoção”, ainda do dia 11 de março de 2012, a repórter começa o texto com a seguinte afirmação: “nada convence parte da comunidade que se nega a ser removida do precário espaço que ocupam hoje” (OLIVEIRA, 2012). E sobre a designação do lugar, destaca: “A denominação, vila ou favela, é o que menos importa diante da realidade de miséria urbana onde vivem centenas de pessoas” (OLIVEIRA, 2012).

O nome “favela” é apenas uma das palavras desdenhosas usadas no jornal para designar a Vila dos Pescadores do Jaraguá. Constataram-se os seguintes termos usados para nomear a comunidade: “Favela do Jaraguá” (35%), “Favela” (31%), “Vila de pescadores” (13%), “Vila” (7%), “Antiga vila” (6%), “Comunidade” (5%), “Aglomerado de barracos” (2%) e “Antiga vila favelizada” (1%).

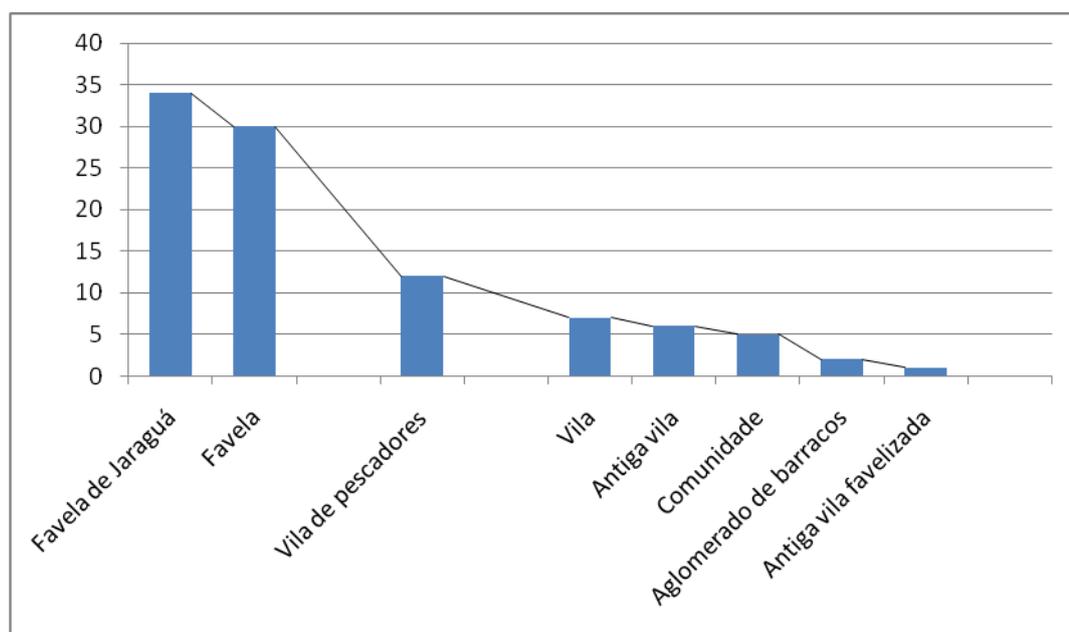


Gráfico 1 - Principais termos usados para designar a Vila dos Pescadores do Jaraguá.

Como é possível observar, predomina, de fato, a desqualificação da comunidade pesqueira e uma tentativa de convencer o público leitor da Gazeta de Alagoas de que o melhor para os moradores é se retirarem. A análise do conteúdo em confronto com o aporte

teórico estudado revela o jornalismo tendencioso, segregador e contrário às classes sociais menos favorecidas nas páginas do jornal.

O discurso de A Gazeta reproduz veementemente as muitas vozes de outros discursos, oriundos da classe político-econômica de Alagoas, cujos representantes detêm a propriedade do jornal. E deixa claro o interesse dos mesmos em calar as minorias e induzir a opinião pública a um senso comum que ignora os direitos dos cidadãos da Vila dos Pescadores do Jaraguá.

Considerações Finais

O embate entre a Vila dos Pescadores do Jaraguá e a Prefeitura de Maceió tem estado mais intensamente presente na mídia alagoana há 10 anos, com destaque absoluto nas páginas do jornal A Gazeta de Alagoas. E tem chamado a atenção da população espacialmente pelo tipo de mediação exercida pelo referido jornal, marcada pela violência simbólica. Mais do que uma simples transferência de lugar, a remoção da tradicional vila, defendida pela Gazeta, implica na destruição de uma ecologia social importante e completamente ignorada pelo poder político-econômico do Estado, bem como do veículo analisado.

O presente trabalho permitiu contatar, nos 30 textos distribuídos em diferentes editoriais da Gazeta de Alagoas, enunciados que visavam persuadir os leitores a uma interpretação moldada na fala das fontes institucionalizadas, que, na maioria das vezes, ganhavam destaque no veículo. E propagando o discurso nitidamente falacioso de que o melhor para a cidade e as famílias da comunidade seria a desocupação total da área.

A partir dos estudos realizados, foi possível identificar construções textuais que sinalizam uma estratégia discursiva extremamente parcial, com marcas que apontam para a ação estigmatizante do veículo, calcada em declarações tendenciosas de autoridades e fundamentada em princípios que, muitas vezes, negam a humanidade e o direito dos moradores de permanecerem na vila. Um lugar representativo das origens de Maceió retratado de modo explícito e também implícito, como “favela” e empecilho de um suposto grande projeto de reurbanização da cidade.

Este trabalho evidenciou a parcialidade do jornal, seu poder de construir uma imagem estereotipada de cidadãos aos quais é simplesmente negado o direito a ter direitos e sua condição de influenciar a opinião pública a respeito de temas importantes para a

configuração urbana. Em última análise, observou-se a discriminação exercida pelos que detém o poder e ferramentas influentes de coerção como a mídia para propagar o seu discurso hegemônico, como grande repercussão nos destinos da cidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Andréa; ALBUQUERQUE, Augusto; PEIXOTO, Gabriela. **Jaraguá, uma vila de pescadores ameaçada: a Violência Simbólica do Poder Público contra as comunidades periféricas.** (2012). Disponível em: http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt15_albuquerque_andrea_0.pdf Acessado em: 02 de fev. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 1ª Ed., Lisboa: Difel, 1989.

EDITORIA. Famílias não merecem favela como moradia. *Gazeta de Alagoas*. Edição de 02 de março de 2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=197552> Acessado em: 01 de fev. 2013.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINE, Silva. **O que é opinião pública.** 1º Ed., São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.** 4ª Ed., São Paulo: Elsevier, 2005.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública.** 1ª Ed., São Paulo: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Bleine. Remoção de favela estimula investimentos em Jaraguá. *Gazeta de Alagoas*. Edição de 11 de março de 2012. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=198113> Acessado em: 01 de fev. 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso – Princípios e Procedimentos.** 1ª Ed., São Paulo: Pontes, 1999.

PEREIRA, P. **Urbano, demasiadamente humano: uma reflexão político-afetiva da remoção de moradores da comunidade Jaraguá.** Dissertação de Mestrado. UFAL. Mestrado em Sociologia, Maceió: 2005

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, Davi. Almeida critica protesto de moradores. *Gazeta de Alagoas*. Edição de 04 de setembro de 2009. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=152339> Acessado em: 01 de fev. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** 2ª Ed., São Paulo: Insular, 2005.